

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº107/2022
PROCESSO DE COMPRAS Nº 5173/2022
INTERESSADA: FUTURA COMÉRCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS
LTDA

DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital efetuada pela empresa **FUTURA COMÉRCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 68.858.539/0001-10, que foi realizada de forma tempestiva e acompanhada dos documentos exigidos no respectivo instrumento convocatório.

O processo licitatório visa registrar preços para eventual fornecimento de equipamentos permanentes recreativos, cuja data prevista de abertura dar-se-á em 13 de setembro de 2022.

O processo será realizado através do registro do **menor preço por item**, sendo que os itens 01 e 02 são destinados à reserva de cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, e os itens 03, 04 e 05 são destinados à ampla concorrência.

De forma resumida, a Impugnante alega direcionamento em todos os itens e solicitação de ilegal e desnecessária de laudos complementares (referente apenas ao item 5).



DA AVALIAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

A respeito das especificações de bens e serviços, vale destacar que estas devem ser suficientes e claras, caso contrário os licitantes terão dificuldade de entender a necessidade da Administração e consequentemente incorram no erro de apresentar proposta incompatível.

Por óbvio que realizar descritivos demasiadamente detalhados, os órgãos de controle perquirirão da legalidade do procedimento, pois a competitividade poderá ter sido prejudicada.

Assim cabe ao administrador público elaborar termo de referência detalhado nos aspectos gerais para que não restem dúvidas aos participantes, porém genérico nas características irrelevantes, de modo que a competitividade não seja prejudicada e o objetivo com a aquisição seja alcançado, é o que diz Marçal Justen Filho:

“A descrição do ‘objeto da licitação’ contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori. Entre a opção de uma descrição sucinta e uma descrição minuciosa, não pode haver dúvida para a Administração Pública: tem de escolher a descrição completa e minuciosa. Certamente, a descrição deve ser clara. No caso, ‘sucinto’ não é sinônimo de ‘obscuro’. Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade, nos termos adiante apontados. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Pág. 490. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012).”

A Súmula 177 do Tribunal de Contas da União segue o mesmo raciocínio:

“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da



publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais, das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."

Assim, quanto às particularizações, os produtos descritos no edital, ao possuírem especificações por demais pormenorizadas, representam restrição à competitividade do certame, ferindo o disposto no §5º do art. 7º da Lei 8.666/93. O que não ocorre no presente edital, pois somente houve descrição detalhada das características gerais dos produtos.

As próprias características citada pela Impugnante como restritivas demonstram no contexto geral a adoção de detalhamento amplo, como "telhado temático vazado ou fechado".

Ora, trata-se de um produto destinado ao público infantil, é extremamente comum que o design desses itens sejam temáticos, o direcionamento seria comprovado caso fosse exigido um desenho específico, o que não é o caso, que deixa clara a possibilidade do telhado possuir temática variada e ser inteiramente fechado ou vazado.

Ademais, é facilmente perceptível que a Administração preocupou-se em ampliar o rol de possíveis fornecedores ao utilizar insistentemente as palavras "formatos diversos", "medidas mínimas", ou ainda, estabelecer diversos tipos de jogos sem exigir um em específico.

Cumprе informar ainda que ao efetuar pesquisa de mercado diversas empresas demonstraram **interesse e concordância com todos os itens do termo de referência**, o que contraria a argumentação de restrição, direcionamento ou de valores superestimados. E que ao realizar a presente licitação **POR ITEM** prontamente rechaça o argumento de que os itens 4 e 5 são destinados apenas para direcionar a toda a aquisição.



Por fim, necessário frisar que os playgrounds acessíveis e inclusivos devem possuir estrutura reforçada, as pessoas com deficiência em geral utilizam de forma muito mais constante o apoio dos braços para locomoção, o que justifica a preocupação da Administração em solicitar itens com estrutura de “aço revestida em plástico”, tanto pela segurança como pela estabilidade do playground.

O mesmo raciocínio justifica a exigência dos laudos de ensaios de bordas cortantes, que é necessário para assegurar a segurança dos usuários com algum tipo de deficiência, sendo que tal documento será exigido apenas do licitante arrematante do item.

A Administração garantiu que tal solicitação não influa no caráter competitivo, garantindo apenas segurança jurídica legal para contratar, conforme amplamente recomendado pelas Cortes de Contas:

*“Nessa hipótese, o instrumento convocatório poderia exigir **do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na fase de propostas, a apresentação de amostra do produto, acompanhada dos laudos de ensaio técnico necessários a comprovar a qualidade do bem a ser fornecido à Administração.** Tal exigência não haverá de comprometer a execução da obra se o órgão contratante planejar adequadamente a contratação de molde a estipular, no edital de licitação, prazo razoável e suficiente para a licitante com melhor proposta de preço apresentar laudos e certificados exigidos para o produto.”*
(Grifo nosso - Acórdão 538/2015 - Plenário – Relator Augusto Sherman)

Fica evidente que a Administração considerou todas as possibilidades para garantir que a aquisição supra a necessidade da requisitante, bem como forneça condições iguais e isonômicas aos interessados de modo que a haja ampliação da disputa.

A administração não pode procurar apenas o menor preço e se eximir de busca a eficiência do serviço público que cairá no jargão popular



onde “o barato que sai caro”. Assim nos ensina Bandeira de Mello em Curso de Direito Administrativo, 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011. P. 884:

“O princípio da eficiência consubstancia a exigência de que os gestores da coisa pública não economizem esforços no desempenho dos seus encargos, de modo a otimizar o emprego dos recursos que a sociedade destina para a satisfação das suas múltiplas necessidades; numa palavra, que pratiquem a “boa administração”, de que falam os publicitas italianos”.

Cumpre-nos registrar ainda que este Município, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.

DA DECISÃO

Diante do exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, em atendimento as normas de regência, descritas no instrumento convocatório, decido por **CONHECER** a presente **IMPUGNAÇÃO**, para no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, de forma que se mantem os termos do edital e prazos nele estabelecidos.



DOUGLAS MENEZES SOUZA
PREGOEIRO